



2.10. Atividades de Educação Ambiental na bacia do ribeirão das Anhumas

Equipe técnica

Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto(pesquisadora)

Marcos Roberto Querino (bosista TT I e III)

Ana Lucia Floriano Rosa Vieira (colaboradora)



ÍNDICE

1. Introdução	306
2. Metodologia	307
3. Resultados	312
4. Considerações finais	324
5. Figuras	328
6. Referências bibliográficas	331
7. Anexos	333



1. Introdução

O presente trabalho foi desenvolvido com o uso de metodologias qualitativas de pesquisa tendo o intuito de fortalecer a organização comunitária através do incremento da participação popular nos processos deflagrados e assim contribuir com a melhoria da qualidade de vida e conservação do meio ambiente.

As atividades envolveram o acompanhamento dos trabalhos de formação do Coletivo Educador de Campinas (CoECa), proposta fomentada pela Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA), bem como o desenvolvimento e acompanhamento de atividades educativas em quatro comunidades localizadas na bacia hidrográfica do ribeirão das Anhumas, em seu alto, médio e baixo cursos. São elas, respectivamente: Favela da Vila Brandina, Favela Moscou e os bairros Guará e Jardim Alto da Cidade Universitária. Na favela da Vila Brandina, estão presentes algumas das nascentes do córrego Mato Dentro, que é um dos formadores do ribeirão das Anhumas. O Núcleo Gênesis está assentado às margens do ribeirão das Anhumas e os bairros Guará e Jardim Alto da Cidade Universitária são separados pelo Anhumas.

No Núcleo Gênesis da favela Moscou, foram desenvolvidas ações educativas de fomento à organização comunitária tendo como tema gerador a regularização da área de hortas para seu enquadramento no programa de hortas comunitárias da Prefeitura Municipal de Campinas. Tal área se localiza às margens do Anhumas. Já os trabalhos nos bairros Guará e Jd. Alto da Cidade Universitária foram desenvolvidos em parceria com o Projeto “Salve o Anhumas: educação ambiental e recomposição comunitária de mata ciliar em Campinas, SP”, o qual será referenciado ao longo deste relatório apenas como Salve o Anhumas. Realizou-se o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo projeto Salve o Anhumas com o intuito de fortalecer/incrementar as atividades de replantio de mata ciliar do ribeirão das Anhumas e de fomento à organização comunitária que já vinham sendo desenvolvidas no local pela referida iniciativa da comunidade.

As atividades realizadas na Favela da Vila Brandina foram desenvolvidas em parceria com o projeto “Corredores ecológicos do Mato Dentro” realizado pela ONG Plantando Paz Na Terra. Na Favela da Vila Brandina pretendeu-se realizar um pré-diagnóstico da situação socioambiental da comunidade. Para tanto, foram utilizados elementos da etnografia. Devido ao tempo disponível não foi realizado um mergulho etnográfico de grande profundidade, pois



um maior estreitamento das relações com os moradores e com membros da ONG Plantando Paz na Terra iniciou-se com o mapeamento de riscos ambientais no alto curso da bacia do Anhumas, em novembro de 2005. Contudo, lançou-se sobre a comunidade um olhar etnográfico, um “olhar atentamente distraído” (Avanzi *et al.* 2001; Costa-Pinto, 2003), buscando captar elementos que permitissem compreender um pouco melhor os problemas enfrentados pelos moradores.

2. Metodologia

A partir do exposto acima, cabe ressaltar que entendemos ser mais coerente com a proposta deste trabalho a escolha, dentre as metodologias qualitativas de pesquisa, daquelas que possuem como eixo central a participação popular e vislumbram a ampliação da consciência por parte da comunidade a respeito da sua própria realidade. Thiollent (1986:7) diz que a pesquisa-ação é uma "linha de pesquisa associada a diversas formas de ação social coletiva que é orientada em função da resolução de problemas ou de objetivos de transformação". Ele discute ainda diferenças sobre as expressões pesquisa-ação e pesquisa participante, que freqüentemente são dadas como sinônimos, dizendo: "Pesquisa-ação, além da participação, supõe uma forma de ação planejada de caráter social, educacional, técnico ou outro, que nem sempre se encontra em propostas de Pesquisa Participante".

Em contrapartida, Borda (1990) apresenta a Pesquisa Participante como sendo uma pesquisa que busca auxiliar grupos populares na resolução de problemas enfrentados, procurando sempre contribuir com a ampliação da consciência das bases sociais a respeito de sua realidade, bem como valorizar o conhecimento popular, tendo na reflexão das ações realizadas um importante instrumento. Viezzer & Ovalles (1995:52) descrevem a Pesquisa Ambiental Participante (PAP) como sendo capaz de "gerar na comunidade afetada um processo de autodiagnóstico ou autoconhecimento, afim de que seus membros não só fiquem conscientes do problema, mas que conheçam as causas responsáveis e procurem soluções". Em assim sendo, o uso de elementos etnográficos para a realização de ações educativas está em consonância com a proposta desta pesquisa.

O “olhar atentamente distraído” lançado está em sintonia com Geertz (1989:20) para quem fazer etnografia significa enfrentar "uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas uma às outras, que são simplesmente



estranhas, irregulares e inexplícitas e que (...) [quem a pratica] tem de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar. (...) É como tentar ler (no sentido de 'construir uma leitura de') um manuscrito estranho e desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escritos não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado". Para utilizar o olhar etnográfico proposto êz-se uso da 'observação participante'. A utilização dessa técnica requer alguns cuidados, enunciados por Lüdke & André (1986) e Haguette (1987).

Lüdke & André (1986:30) colocam que "(...) o observador coleta dados buscando sempre manter uma perspectiva de totalidade, sem se desviar demasiado de seu foco de interesse. Para isso, é particularmente útil que ele oriente a sua observação em torno de alguns aspectos, de modo que ele nem termine com um amontoado de informações irrelevantes nem deixe de obter certos dados que vão possibilitar uma análise mais completa do problema". As autoras citam ainda Bogdan & Biklen (1982)¹ ao colocar que as anotações de campo devem conter uma parte descritiva e outra reflexiva.

Tomando como base a definição de Schwartz & Schwartz (1969)², considerada por Haguette (1987:73) a mais completa das que analisou, a autora destaca que a) "(...) a observação participante tem por finalidade a) *coleta de dados*; b) o *papel do observador* (...) pode ser revelado ou encoberto, formal ou informal, parte integral ou periférica quanto à estrutura social; c) (...) o *tempo* necessário para que a observação se realize [é variável, podendo] (...) acontecer tanto em um espaço de tempo curto como longo; d) chamam a atenção para o papel ativo do observador enquanto *modificador do contexto* e, ao mesmo tempo, como *receptáculo de influências* do mesmo contexto observado".

A observação participante realizada procurou desde o início dos trabalhos esclarecer o papel dos pesquisadores junto aos moradores das quatro comunidades, como sendo de facilitadores/animadores do processo em questão por um tempo determinado, durante o período de vigência do presente projeto, ou seja, até abril de 2006. Vale colocar que este estudo das comunidades procura entender a relação entre o homem e o meio natural e, a partir disto, desenvolver um trabalho de educação ambiental.

¹ Bogdan, R. & Biklen, S. K.. *Qualitative Research of Education*. Boston, Allyn and Bacon, 1982.

² Schwartz, M. & Schwartz, C. G.. *Problems in Participant Observation*. In: McCall, G. J. & Simmons, J. C. (orgs). *Issue in Participant Observation, a text and reader*. Massashusetts, Addilson-Wesley Publishing Company, 1969.



De acordo com Sorrentino (1998:193) o objetivo maior da Educação Ambiental é o de “contribuir para a conservação da biodiversidade, para a auto-realização individual e comunitária e para a auto-gestão política e econômica, através de processos educativos que promovam a melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida”. Em assim sendo, a educação ambiental é um processo de educação política que possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades, bem como a formação de valores e atitudes que se transformam necessariamente em práticas de cidadania. Estas práticas podem garantir a construção e manutenção de uma sociedade sustentável, em que os recursos naturais são utilizados de forma coerente com o objetivo de se preservá-los para as presentes e futuras gerações.

Segundo Paulo Freire (1999), *“ninguém educa ninguém, ninguém conscientiza ninguém, ninguém se educa sozinho”*. Isso significa que a educação depende da adesão voluntária de quem incorpora e de quem propõe. De acordo com este autor a educação deveria fazer com que o indivíduo pense no por que ele está realizando tal tarefa antes de tudo, construindo desta forma a chamada consciência crítica, que se contrapõe aos conceitos da escola tradicional e se baseia em algumas idéias humanistas e cognitivas de Giroux e Piaget, na fenomenologia-existencialista de Buber e Pantillon e, no socialismo de Marx, e principalmente, nas idéias socioculturais de Paulo Freire que sintetizam tudo isso (Pelicioni, 2005).

Se a educação implica em uma adesão voluntária, ou seja, se o indivíduo só incorpora aquilo em que acredita e que corresponde à necessidade sentida, o papel dos educadores-pesquisadores, é extremamente importante na medida em que vai criar condições para que os educandos/comunidades se motivem e tornem-se abertos a uma mudança de paradigma, e assim descubram que não só fazem parte do ambiente natural, como também a sua importância na melhoria da qualidade de suas próprias vidas. A abordagem sociocultural de Paulo Freire é internacionalista e situa o ser humano no tempo e no espaço, inserido no contexto social econômico, político e cultural que o influencia. Enquanto sujeito da educação, o educando reflete criticamente sobre o seu ambiente concreto e sobre sua realidade, tornando-se gradualmente consciente e comprometido, capaz de intervir no e transformar o mundo. A educação se faz pela aproximação, pelo desvelamento crítico e contínuo da realidade e, portanto, pelo processo de conscientização. “Assim é preciso que se faça desta tomada de consciência, o objetivo primeiro de toda educação: provocar e criar condições para que se desenvolva uma atitude de reflexão crítica, comprometida com a ação” (Freire, 1999).



Assim como a ciência, a educação nunca é neutra. Tendo ou não consciência disso, a atividade educativa desenvolve-se ou para a libertação dos seres humanos, para sua humanização, ou para a sua domesticação, ter o domínio sobre eles. A percepção do meio ambiente é, a uma só vez, processo e resultado. Como processo, ela é ponto de partida para o conhecimento ambiental. No entanto, a percepção, como resultado, pode significar também todo conhecimento adquirido a respeito do meio ambiente. Muitas vezes as pessoas acham que não têm nem um conhecimento sobre o mesmo e não podem, por isso, estar contribuindo no processo de construção de uma nova forma de ver e sentir o meio natural. No entanto, através da educação as pessoas fazem essa descoberta (Coimbra, 2005). Tendo isto posto, coloca-se que processos educativos de fomento à organização comunitária que visam a soluções de problemas locais e, desta forma, objetivam também contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população e com a conservação do meio ambiente, devem buscar caminhos para promover/fortalecer processos participativos buscando o desenvolvimento de ações coletivas que almejem o bem-estar de todos.

Entende-se que “garantir formalmente direitos é algo muito importante, mas isto não basta para que na prática (...) [a] consolidação [da participação] aconteça, havendo, portanto, a necessidade da implementação de processos educacionais que busquem a consolidação do aprendizado da participação, ou para usar as palavras de Maria Victória Benevides [1994], de uma educação política” (Costa-Pinto, 2003:1). Segundo Bárcena (2000:14), “não são os conhecimentos, as informações e nem as verdades transmitidas através de discursos ou leis que dão sentido à vida. O sentido se tece de outra maneira, a partir de relações imediatas, a partir de cada ser, a partir dos sucessivos contextos nos quais se vive. O sentido de trabalhar por um meio ambiente sadio constrói-se num fazer diário, numa relação pessoal e grupal e, por isso, a tomada de consciência ambiental cidadã só pode traduzir-se em ação efetiva quando segue acompanhada de uma população organizada e preparada para conhecer, entender e exigir seus direitos e exercer suas responsabilidades”.

De acordo com Dayrell (1996:142 *apud* Costa-Pinto & Sorrentino, 2002a) um processo educativo “(...) ocorre nos mais diferentes espaços e situações sociais, num complexo de experiências, relações e atividades, cujos limites estão fixados pela estrutura material e simbólica da sociedade, em determinado momento histórico (...)”. Em assim sendo, as atividades educativas deflagradas e acompanhadas pelo presente projeto foram desenvolvidas a partir do uso de metodologias participativas que visam o envolvimento



comunitário para o planejamento e execução de ações, tendo como perspectiva o fortalecimento da organização comunitária na busca de uma maior participação dos moradores nas tomadas de decisão no tocante à conservação e gestão das áreas em questão, bem como a melhoria da qualidade de vida da população envolvida. Objetiva-se com isto incrementar a "potência de ação" das comunidades na busca da resolução de problemas socioambientais locais.

O conceito de "potência de ação" foi extraído do pensamento do filósofo holandês, do século XVII, Baruch de Espinosa e se relaciona com a nossa capacidade de agir no mundo e transformá-lo na direção em que desejamos. Para Espinosa o que nos move é a busca pela liberdade e pela felicidade, o que está indissociavelmente ligado à nossa capacidade de expressar e realizar os nossos desejos (Costa-Pinto, 2003). "A filosofia espinosana considera que para ser feliz é necessário seguir o caminho da razão, compreendida não como a negação dos afetos, mas como um produto deles, pois 'pensamos e agimos não contra os afetos, mas graças a eles' (Chauí, 1995)" (Santos & Costa-Pinto, 2005:297).

Espinosa afirma que a única forma de sermos livres e, portanto, felizes é conhecendo. E conhecer algo de forma efetiva é "conhecer pela causa", ou seja, ter consciência da causa primeira de nossos desejos, uma vez que são estes impulsionam nossas ações. Para exemplificar o dito acima: podemos dizer que juntamos recursos financeiros para garantir a casa própria, mas o que move este poupar não é a casa em si, mas a segurança e o conforto que ela representa, sendo esta a causa primeira de nosso desejo pela casa e do ato de poupar (Costa-Pinto, 2003).

De acordo com Santos & Costa-Pinto (2005:298) "existem duas dimensões da potência de ação: uma individual (que visa o auto-conhecimento, a percepção de si) e outra coletiva (assente na composição dos sujeitos, que exige o conhecimento das regras que regem a sociedade política e aponta para a necessidade de abertura para o aprendizado a partir do conhecimento e da prática do outro). Mas como afirma Sawaia (2001) 'potência de ação é da ordem do encontro, pois remete ao outro incondicionalmente' ". "Percebe-se, assim, que a associação dos humanos em grupos – cooperativas, associações, sindicatos etc., potencializa o seu direito natural de existir, já que se unem para suplantar o medo, o ódio e todas as coisas e sentimentos que possam trazer sofrimento e reduzi-los ao estado de servidão (...)" (Santos & Costa-Pinto, 2005:298).



Tendo em vista o acima exposto vale colocar que o uso da observação participante, do planejamento participativo de ações coletivas e os momentos de afastamento propositais dos pesquisadores-educadores dos grupos em questão fazem parte da estratégia educativa adotada, uma vez que a intenção não é acomodar os coletivos com os quais se trabalha à presença permanente e indefinida destes agentes externos, criando uma relação de dependência, mas sim estimular e fortalecer as iniciativas comunitárias. Mas faz-se aqui importante destacar que este afastamento dos pesquisadores-educadores deve ser gradual, respeitando a dinâmica de cada grupo, pois caso contrário corre-se o risco de desestimular qualquer tipo de iniciativa comunitária por gerar frustração e sentimento de abandono nos grupos e indivíduos diminuindo, assim, a sua potência de ação.

3. Resultados

Antes de apresentar os resultados obtidos por esta pesquisa, cabe citar as atividades realizadas e ressaltar que estas foram desenvolvidas em consonância com o referencial teórico acima exposto. No período considerado neste relatório, de maio de 2005 a abril de 2006, foram realizadas as seguintes atividades: participação nas reuniões promovidas pela DEA/MMA de fomento à organização de Coletivos Educadores no município de Campinas; participação nas reuniões do Coletivo Educador de Campinas (CoECa); trabalhos de campo para identificação de lideranças em comunidades que vivem no interior da bacia do ribeirão das Anhumas: Favela da Vila Brandina (alto curso), Favela Moscou (médio curso) e bairros Jardim Alto da cidade Universitária e Guará (baixo curso); auxílio na manutenção e aprofundamento do contato com as comunidades em questão presencialmente ou por via telefônica; participação em reuniões preparatórias de atividades desenvolvidas por e com estas comunidades; levantamento de experiências de organização comunitária das comunidades em questão, preparação das e participação nas atividades de troca de experiências entre as comunidades; participação nas atividades de mapeamento de riscos ambientais no alto, no médio e no baixo cursos do ribeirão das Anhumas, bem como devolução de tais informações às comunidades.

D) Resultados das atividades de Educação Ambiental obtidos com as comunidades da bacia do ribeirão das Anhumas:



Todas as ações de EA realizadas nos três trechos da bacia tinham o objetivo de fortalecer, nas comunidades envolvidas, ações/desejos/projetos já existentes e desenvolvidas por estas. As atividades empreendidas se desenvolveram através de reuniões de planejamento coletivo e apoio técnico e logístico, o que incluiu a tessitura de parcerias que podem possibilitar o bom andamento dos projetos comunitários.

A) Baixo Curso

A aproximação com o projeto Salve o Anhumas e, conseqüentemente, com as comunidades dos bairros Guará e Jd. Alto da Cidade Universitária se deu por intermédio da participação da Profa. MSc Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto no mesmo desde outubro de 2003.

O bairro Jardim Alto da Cidade Universitária se formou a partir de uma área que foi loteada na década de 1970 e possui uma população estimada de 2.000 habitantes, em sua maioria de classe média baixa (Prefeitura Municipal de Campinas, 1996). As casas são de alvenaria, em sua maioria próprias, com luz elétrica, água encanada, rede de coleta de esgoto sem tratamento e ruas asfaltadas. O bairro é servido diariamente por duas linhas de ônibus com vários horários ao longo do dia, contando com um mini-mercado, quatro bares, um campo de futebol e dois centros religiosos, um católico e outro evangélico. A maioria dos homens trabalha na construção civil e as mulheres em serviços domésticos. A vida social comunitária é bastante intensa. Os moradores se visitam uns aos outros; participam de bingos que são realizados tanto nos bares como nas casas; se encontram ao entardecer nos finais de semana para jogos de futebol; realizam festa de natal comunitária entre outras atividades. Fazem-se presentes duas associações: Associação Desportiva Beira Rio e Associação de Moradores do Jardim Alto da Cidade Universitária.

O Bairro Guará é um loteamento mais antigo que teve início na década de 1950 e possui uma população estimada em 2.000 habitantes, com predomínio de chácaras. Cerca de 50% dos moradores são de classe média, 20% de classe média alta e 25% entre classe média baixa e classe baixa (Prefeitura Municipal de Campinas, 1996). As casas são de alvenaria com luz elétrica, água encanada, não há rede de coleta ou tratamento de esgoto, sendo utilizado o sistema de fossas. O bairro tem pavimentação parcial em paralelepípedo, com algumas ruas de



terra e apenas uma avenida principal asfaltada. Possui dois centros comerciais que contam com imobiliária, casa de ração, padaria, papelaria, loja de miudezas e academia de musculação, uma igreja católica e uma escola municipal com aulas nos três períodos (ensino fundamental e supletivo), duas escolas de ensino infantil privadas, um supermercado, três bares e um campo de futebol. É servido por três linhas de ônibus diariamente em vários horários. Há uma diversidade entre os moradores do bairro: estudantes de graduação e pós-graduação, egressos e professores da Unicamp, outros profissionais liberais, aposentados, autônomos e empregados/as domésticos/as. No Guará estão presentes duas associações: Associação de Amigos e Moradores do Guará (AMA-Guará) e Associação Sociedade Ecológica do Guará. (SEG).

Ambos os bairros em questão são interligados por uma passarela sobre o ribeirão Anhumas que é muito utilizada tanto pelos alunos da escola municipal, que em sua maioria são residentes do bairro Jardim Alto da Cidade Universitária, como por outros moradores desse mesmo bairro que, por vezes, a utilizam para acessar as linhas de ônibus que servem o Guará. Cabe ressaltar que o Projeto Salve o Anhumas é promovido pelas associações: AMA-Guará (Associação dos Amigos e Moradores do Guará) Associação de moradores do Jardim Alto da Cidade Universitária.

O bairro do Guará possui duas associações: a AMA-Guará (Associação dos Amigos e Moradores do Guará), uma das proponentes e promotoras do projeto Salve o Anhumas, e a SEG (Associação Ecológica do Guará), que cuida da parte de segurança do bairro. O bairro Jardim Alto da Cidade Universitária possui também duas associações: Associação de Moradores do Jardim Alto da Cidade Universitária, outra proponente e promotora do Salve o Anhumas, e a Associação Desportiva Beira-Rio, que coordena as atividades esportivas no bairro.

As atividades desenvolvidas neste trecho da bacia foram realizadas primeiramente em parceria entre o presente projeto, o projeto Salve o Anhumas, Projeto Girassol, proposto por quatro alunos do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental da Universidade São Marcos *campus* Paulínia (TGA-SMarcos), Cooperbarão (Cooperativa de materiais recicláveis de Barão Geraldo) e Associação Desportiva Beira-Rio. O Projeto Girassol é um projeto experimental de conclusão de curso dos alunos de TGA-SMarcos. Os integrantes do Projeto Girassol se aproximaram do Salve o Anhumas com o intuito de colaborar com o andamento das atividades desenvolvidas por este último. Em reunião conjunta, surgiu a demanda de



desenvolver um trabalho relacionado ao lixo, pois os moradores do Jardim Alto da Cidade Universitária apontaram que a disposição inadequada do mesmo caracterizava-se como um problema - entulhos depositados às margens do Anhumas e grande quantidade de copos e garrafas descartáveis deixados no entorno do campo de futebol do bairro, após os jogos, que ocorrem quase todo final de semana.

De acordo com a Cooperbarão, os bairros Guará e Jardim Alto da Cidade Universitária são os que pior separam o material reciclável no distrito de Barão Geraldo, pois cerca de 60% do material recolhido pelos caminhões de coleta seletiva são rejeito, uma vez que chegam à cooperativa contaminados – misturados com restos de cozinha e banheiro. Tendo conhecimento destas informações, os moradores, reunidos pelo Projeto Salve o Anhumas e Projeto Girassol, propuseram a criação de uma campanha educativa para reestruturar a coleta seletiva nos bairros em parceria com a Cooperbarão, que congrega cerca de 20 famílias que vivem da triagem e venda do material reciclável recolhido no distrito. Nesta ocasião, a Associação Desportiva Beira-Rio estava organizando, para o mês de outubro de 2005, a Festa da Primavera no Jd. Alto da Cidade Universitária, com o objetivo de arrecadar fundos para terminar a construção dos vestiários próximos ao campo de futebol. Seriam montadas barracas para venda de comida, bebida e flores na área pública de lazer do bairro, localizada às margens do ribeirão das Anhumas, além da realização de atividades lúdicas para as crianças durante todo um final de semana. Em reunião posterior, com a presença de todos os envolvidos, ficou acordado que o lançamento da campanha educativa ocorreria durante a Festa da Primavera e que os organizadores da mesma apoiariam a divulgação do lançamento da campanha e que os organizadores da campanha educativa apoiariam a divulgação da Festa (anexo 1). O lançamento da campanha educativa contaria com: a distribuição de panfletos informativos; cartazes seriam colados em postos estratégicos nos dois bairros em questão; haveria uma barraca na Festa da Primavera, em que estariam expostos cartazes com informações sobre a problemática socioambiental do lixo e sobre as atividades de todos os parceiros, seriam realizadas atividades lúdico-educativas com materiais recicláveis para crianças e adultos e durante todo o tempo haveria duas pessoas na barraca para esclarecer as dúvidas e curiosidades a respeito do tema abordado. As estratégias de continuidade seriam traçadas coletivamente pelos parceiros desta iniciativa após uma avaliação da atividade. Contudo, a Festa da Primavera e, portanto, o lançamento da campanha educativa não aconteceram. Primeiramente a Festa foi adiada, pois a Associação Desportiva Beira-Rio



marcou sua data sem antes obter licença junto à subprefeitura de Barão Geraldo para realizá-la, e a licença necessária não seria obtida a tempo. Em um segundo momento, já com a documentação regularizada e com tudo devidamente organizado o evento foi novamente cancelado, pois choveu quase que ininterruptamente durante todo o final de semana. Tendo em vista o ocorrido, os moradores decidiram que um outro evento similar aconteceria no início do próximo ano (2006). No entanto, até o presente momento tal evento não foi realizado.

Em dezembro de 2005 os moradores do bairro Jardim Alto da Cidade Universitária realizaram, a Festa de Natal das Crianças, que se repete todos os anos, contanto com distribuição de brinquedos para as crianças do bairro, música na praça e um lanche comunitário preparado e servido pelos moradores. Durante a festa os moradores e o projeto comunitário Salve o Anhumas realizaram cerimônia de comemoração de dois anos do início das atividades de recomposição de mata ciliar do ribeirão das Anhumas, o “aniversário de dois anos do plantio”.

Da manutenção do contato com os moradores soube-se que:

- a) uma criança foi picada por cobra, próximo à área de reflorestamento, devido à falta de manutenção e limpeza da área. De acordo com o relato de uma moradora local, isto ocorreu por descaso da subprefeitura de Barão Geraldo, pois os moradores e integrantes do projeto Salvem o Anhumas solicitaram mais de uma vez ao poder público que fosse providenciada a roçada do mato na área, o que não ocorreu. Os integrantes do projeto Salve o Anhumas não conseguiram efetivar a limpeza da área devido à desarticulação interna do grupo.
- b) as áreas nas quais o projeto Salve o Anhumas pretendia dar continuidade ao reflorestamento ciliar foram loteadas e em breve darão lugar a condomínios particulares e como o grupo está desarticulado, nada está sendo feito nesta direção.
- c) grande desarticulação do grupo promotor do projeto Salve o Anhumas.
- d) está ocorrendo um movimento interno e espontâneo ao grupo promotor do projeto Salve o Anhumas de rearticulação, para a retomada das atividades.

Faz-se aqui importante ressaltar que as atividades de EA desenvolvidas pelo presente projeto consistiram em reuniões de planejamento coletivo da elaboração do lançamento da campanha educativa, envolvendo a produção de material didático-pedagógico a respeito da problemática socioambiental do lixo, o que inclui a temática das enchentes urbanas. E



também participamos das reuniões de planejamento da Festa de Natal das Crianças. A costura das diversas parcerias acima descritas também compôs as atividades de EA realizadas.

Cabe ainda colocar que o projeto Salve o Anhumas reflorestou, com essências nativas, uma área de cerca de 6.300 m² (210 m X 30 m) na margem direita do ribeirão das Anhumas no bairro Jardim Alto da Cidade Universitária, com acompanhamento de técnicos da Fundação José Pedro de Oliveira (Mata de Santa Genebra). Assim, cerca de 1% de mata ciliar na margem direita do ribeirão foi recomposta, com o plantio de aproximadamente 1.200 árvores. O que se mostra bastante relevante, uma vez que o ribeirão das Anhumas tem aproximadamente 21.120m de extensão e apenas 236m lineares de suas margens eram recobertos com vegetação ciliar, o equivalente a 1,12%, de acordo com a Prefeitura Municipal de Campinas (1996).

B) Médio Curso

A aproximação com moradores do que é genericamente denominado como Favela Moscou ocorreu durante o desenvolvimento da primeira e segunda fases do projeto de pesquisa em políticas públicas (TORRES *et al.*, 2003, 2005). Cabe ressaltar que, embora atividades realizadas na primeira fase desta proposta tenham envolvido apenas moradores dos núcleos São Quirino e Vila Isa, moradores do núcleo Gênesis reivindicaram apoio às suas necessidades. Assim sendo, as primeiras atividades de campo destinaram-se à identificação de outras lideranças e à manutenção da comunicação com aquelas anteriormente contatadas na favela da rua Moscou.

Nossas intervenções ocorreram junto aos moradores do Núcleo Gênesis na Favela Moscou, que ocuparam uma área pública destinada a praça com hortas. A demanda dos moradores era conseguir a regularização desta área para que pudessem entrar no programa de hortas comunitárias da Prefeitura de Campinas e, com isso, conseguirem auxílio como sementes, adubo, água e orientações técnicas para o manuseio de hortas orgânicas. Nossas ações foram no sentido de ajudar a construção coletiva do regulamento comunitário de utilização da área, pois o mesmo é parte integrante da documentação necessária para a regularização junto à Prefeitura de Campinas. Além disso, as atividades desenvolvidas objetivaram também fomentar o replantio da mata ciliar na área em questão, através da busca



de novos parceiros, como o viveiro de mudas dos alunos do curso de Ciências Biológicas da Unicamp, pois o presente projeto não terá tempo hábil para acompanhar tal processo.

É importante relatar que a documentação necessária à regulamentação da área para ingresso no programa de hortas comunitárias da Prefeitura Municipal de Campinas ainda não foi encaminhada devido à dificuldade de articulação dos moradores entre si e destes com a Administração Regional. Da manutenção do contato com os moradores adveio a constatação de que:

- a) o trabalho com as hortas vem crescendo e diminuindo, com isso, a quantidade de lixo às margens do ribeirão das Anhumas no local (figuras 1 e 2);
- b) uma nova diretoria da Associação de Moradores do Núcleo Gênesis foi eleita, no final de 2005 e tal fato não dificultou a continuidade dos trabalhos nas hortas;
- c) foi realizada a devolução do esboço do estatuto interno de funcionamento das áreas de hortas, bem como o levantamento das necessidades sentidas pelos moradores para o bom funcionamento das mesmas (anexos 2 e 3), e que foi coletivamente elaborado por moradores locais e pesquisadores do componente de EA do Projeto Anhumas³ para que os próprios moradores fizessem uma revisão final. Este estatuto faz parte da documentação exigida pela Prefeitura Municipal de Campinas para a regularização da área e inclusão da mesma no programa de hortas comunitárias da Prefeitura. Vale colocar que o estatuto devidamente revisado pelos moradores ainda não foi devolvido aos pesquisadores para o fechamento de sua versão final, devido a problemas de comunicação internos da comunidade.
- d) o Núcleo Gênesis agora possui iluminação nas ruas, o que auxilia a diminuição da violência, de acordo com os moradores locais;
- e) parte da área destinada à horta continua sendo utilizada como depósito de madeira;
- f) uma área destinada a ser praça pública de lazer, que estava cheia de entulho, foi limpa pela Prefeitura e foram construídos bueiros para evitar alagamentos na área;
- g) houve pouco ou nenhum apoio do poder público para a regularização da área das hortas durante o período considerado.
- f) está acontecendo na comunidade uma movimentação interna e espontânea para a retomada das atividades de regularização da área de hortas junto à Prefeitura, porém a maior dificuldade atual, de acordo com depoimento de uma moradora, é a mediação de conflitos internos.

³ A denominação Projeto Anhumas refere-se ao projeto de pesquisa em políticas públicas “Recuperação ambiental, participação e poder público: uma experiência em Campinas” (processo Fapesp no 01/02952-1). E os pesquisadores em questão são Marcos Roberto Querino e Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto.



Faz-se aqui importante ressaltar que as atividades de EA desenvolvidas pelo presente projeto consistiram em reuniões de planejamento coletivo para a elaboração do estatuto comunitário de utilização das áreas de horta, bem como o levantamento coletivo das necessidades sentidas pelos moradores para o bom funcionamento das mesmas. A costura da parceria do poder público como a comunidade também compôs as atividades de EA realizadas. Outras ações empreendidas no âmbito do Projeto Anhumas dizem respeito à participação na preparação e realização da reunião pública de mapeamento de riscos ambientais neste trecho da bacia, bem como a devolução de tais informações para a comunidade.

C) Alto Curso

A aproximação com moradores da favela da Vila Brandina e com a ONG Plantando Paz na Terra ocorreu durante o desenvolvimento da primeira e segunda fases do presente projeto (TORRES *et al.*, 2003, 2005). Através da parceria com a ONG Plantando Paz na Terra, foi possível contatar alguns moradores e lideranças, com o objetivo de fazer um pré-diagnóstico da situação socioambiental da localidade e conhecer os projetos que estão sendo executados atualmente e quais os desejos dos moradores para o futuro da área em questão.

A favela da Vila Brandina surgiu em 1966. Segundo cadastros de moradores, a favela conta com aproximadamente 730 moradias, das quais cerca de 250 não foram autorizadas pela Associação de Moradores. Segundo estimativas de líderes da favela, 65% são pessoas desempregadas e 60% são adolescentes e crianças. Quanto à habitação, 75% são casas de alvenaria e 25% são barracos, contando com 80% de saneamento básico instalado. Não existem vielas, mas os moradores ainda estão lutando para que se regularize a urbanização da mesma.

As instituições de ensino existentes na Vila Brandina são: a EEPG Prof. Alberto Medaljon, atendendo 396 alunos de 7 a 30 anos de idade; o Centro Comunitário Criança Feliz, atendendo 80 crianças e 1 gestante na alimentação; o Fumec, com 22 voluntários atendendo 3 salas de aula com 35 alunos, 2 salas com 25 alunos e 1 sala com 26 alunos do noturno, para alfabetização; a EMEI da Prefeitura, atendendo 28 alunos de 5 a 6 anos. As instituições religiosas são: Igreja São Francisco de Assis - católica; duas Assembléias de Deus, uma Igreja Povo Livre, uma Igreja Cristã do Brasil e uma Igreja Deus é Amor, todas



elas protestantes. O Centro Espírita Seareiro presta atendimento à população na área da saúde; promovendo consultas, exames (inclusive pré-natal e acompanhamento de gestantes), remédios e encaminhamento.

Na Vila Brandina, a ONG Plantando Paz na Terra vem desenvolvendo o projeto Corredores Ecológicos do Mato Dentro, que consiste em realizar parcerias com moradores locais na busca de maneiras de revitalizar algumas áreas dentro da favela. Intenta-se operar esta revitalização através do reflorestamento ciliar das nascentes, criação de praças e implantação de um espaço de educação permanente. Tal espaço compreende a construção de um complexo com estrutura para oferecer cursos, palestras, oficinas etc. que visem contribuir com a formação social, ambiental e econômica dos moradores, bem como expor trabalhos por eles realizados. Também tem como objetivo constituir-se como um espaço de lazer para todos e ainda oferecer a seus visitantes informações sobre a localidade e seus residentes. O local onde a ONG pretende consolidar a implantação do espaço educacional foi utilizado pela Prefeitura Municipal de Campinas, durante anos, como depósito de entulho e por alguns moradores, para a criação de animais. A proposta da ONG é que os moradores que vivenciam no seu dia a dia a degradação deste espaço público em decorrência de sua utilização inadequada, tanto por parte da prefeitura, como dos habitantes do local, acabem sensibilizados com a destruição das nascentes e do ambiente de um modo geral. E, a partir disso, façam uma apropriação diferenciada da área, passando a zelar, a tomar conta, criando um espaço de convívio, do qual todos possam usufruir, na forma de lazer e/ou mesmo através das diferentes atividades oferecidas pela entidade para a comunidade.

A grande preocupação atual de alguns moradores é a de revitalizar uma APP (Área de Preservação Permanente) constituída pelas nascentes, que está dentro da favela e sendo utilizada sem a autorização formal do governo. Vale colocar que a área em questão pertence ao Governo do Estado de São Paulo e que o replantio da mata ciliar das nascentes desta área depende da regularização da documentação junto ao DEPRN (Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais), órgão em que o pedido para realizar tal atividade já foi protocolado.

Trabalhando em regime de mutirões a comunidade, a ONG e seus amigos vêm construindo quiosques, uma horta comunitária cuidada por mulheres da própria comunidade (figura 3) e uma praça em que as crianças possam brincar em segurança. Também é feito um trabalho de conscientização, pela ONG e Associação de Moradores do bairro, sobre as áreas



de riscos através de conversas com os moradores, expondo que a ocupação de tais espaços é perigosa, pois há possibilidade iminente de enchentes e desmoronamento dos barrancos e por isto não se pode mais construir nestas áreas, e que somente assim será possível promover a urbanização adequada do local.

Dentre as várias dificuldades que a comunidade vem enfrentando, de acordo com depoimentos de moradores locais, de um membro da ONG Plantando Paz na Terra e das visitas realizadas na área, podemos destacar:

- a) várias ruas não possuem coleta de lixo, pois o caminhão da prefeitura não passa devido à largura da mesma e com isso muitos moradores jogam seu lixo em um terreno particular desocupado, um possível criadouro de ratos, baratas e uma série de outros animais transmissores de doenças;
- b) casas foram construídas em cima de várias nascentes, com isso ainda hoje brota água no quintal das casas, tornando as paredes das construções úmidas e com mofo, podendo causar doenças respiratórias.
- c) próximo à horta comunitária há uma galeria de água pluvial construída pela Prefeitura de Campinas drenando água da rua para dentro da área de nascentes.
- d) o posto de gasolina existente nas imediações despeja clandestinamente seus efluentes nessa tubulação.
- e) o *Deus nos acuda*, para usar as palavras dos residentes locais, nos períodos chuvosos, pois a presença desta drenagem pluvial, o assoreamento do córrego Mato Dentro e a ausência de mata ciliar no mesmo propiciam a formação de enxurradas e enchentes que arrastam para dentro das casas água com todo tipo de sujeira, além de ratos e baratas.
- f) duas nascentes foram canalizadas diretamente para a tubulação de esgoto.
- g) não há creches no local, pois a única que havia será fechada, pois está em um uma área do Estado de forma irregular.
- h) busca de apoio pela ONG Plantando Paz na Terra para a realização de recomposição de mata ciliar na favela da Vila Brandina.

De acordo com um membro da ONG Plantando Paz na Terra, existem vários grupos formados por moradores da favela e outros por moradores de seu entorno, tentando melhorar as condições de vida ali, reivindicando melhorias como: a construção de casas; melhorias na segurança, devido à violência e ao tráfico de drogas, e melhorias na área de saúde, entre outras. Existe também uma série de divergências entre vários desses grupos, pois de acordo



com depoimentos de um dos membros da referida ONG e de moradores locais, as pessoas “de fora” da comunidade da favela, não conhecem bem a realidade ali vivida e tentam realizar trabalhos sem o auxílio dos moradores mais antigos que compõe a Associação de Bairro da Vila Brandina.

Outras ações empreendidas dizem respeito à participação na preparação e realização da reunião pública de mapeamento de riscos ambientais neste trecho da bacia, bem como a devolução de tais informações à comunidade.

Ainda como resultados obtidos junto à comunidade da Vila Brandina há um artigo que foi submetido à revista eletrônica *Educação Ambiental em Ação* - ISSN 1678-0701 - www.revistaea.arvore.com.br, que contém algumas informações que não estão presentes no corpo deste relatório (anexo 4). De acordo com as normas de publicação da referida revista, caso o artigo seja aprovado, sua publicação deverá acontecer na edição de setembro de 2006.

D) Construção de parcerias entre comunidades residentes na bacia hidrográfica do Anhumas:

Como desdobramento do *1º Encontro para troca de experiências entre comunidades residentes na bacia hidrográfica do ribeirão das Anhumas* houve uma outra atividade de campo que reuniu moradores de todas as comunidades envolvidas no Projeto Anhumas. O *2º Encontro para troca de experiências entre comunidades residentes na bacia hidrográfica do ribeirão das Anhumas* foi uma visita realizada às hortas orgânicas do bairro Santa Genebra, que fazem parte do programa de hortas comunitárias da Prefeitura Municipal de Campinas. Esta visita teve por objetivo conhecer hortas e conversar com moradores que fazem parte deste programa municipal e, assim, conhecer as vantagens e desvantagens do programa e trocar experiências a respeito do cultivo de hortaliças (figuras 4, 5 e 6). Esta atividade apresentou bons resultados, na medida em que os moradores do Núcleo Gênesis e da Vila Brandina sentiram-se estimulados a incrementar seus sistemas de plantio.

E) Resultados das atividades de acompanhamento das reuniões fomentadas pela DEA/MMA sobre o Programa MES (Municípios Educadores Sustentáveis)



Como dito no relatório anterior, a Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA) lançou no final de 2004 um Programa denominado Municípios Educadores Sustentáveis (MES), que tem por objetivo maior fomentar uma formação socioambiental crítica da população brasileira, através da formação de educadores ambientais populares em todo o país. Ou seja, o MES pretende criar estratégias educativas que propiciem a formação de uma população ambientalmente educada em consonância com os objetivos da sustentabilidade, o que significa contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos(ãs) brasileiros(as), com a conservação do meio ambiente e, desta forma, contribuir para um desenvolvimento econômico e político social e ambientalmente mais justos.

Com o intuito de estruturar a proposta de um dos quatro processos educacionais que compõe o MES, o programa de Formação de Educadores(as) Ambientais, a DEA/MMA passou a fomentar reuniões multi-institucionais no município de Campinas. A proposta é a formação de grupos de Pesquisa-Ação-Participante (PAPs) em quatro níveis: o PAP1 é a própria DEA/MMA que está fomentando a formação de Coletivos Educadores em todo o território nacional; os PAPs2 são os Coletivos Educadores multi-institucionais que têm por objetivo formar os PAPs3; os PAPs3 são pessoas institucionalmente inseridas, educadores ambientais, que têm o compromisso institucional de formar os PAPs4. Os PAPs4, por sua vez, são educadores ambientais populares, pessoas inseridas/residentes nas comunidades. Prende-se, assim, garantir a capilaridade do processo de formação de educadores ambientais populares na sociedade. Destes encontros fomentados pela DEA/MMA, ocorridos quinzenalmente durante todo o ano de 2005, nasceu o Coletivo Educador de Campinas (CoECa). Este Coletivo Educador tem a proposta de formar PAPs3 em todo o município e a perspectiva é a de que estes PAPs3 formem educadoras(es) ambientais populares (PAPs4). Cabe colocar que para viabilizar a operacionalização desta proposta o CoECa concorreu e foi contemplado por um edital do FNMA no início deste ano de 2006.

Em linhas gerais a estratégia adotada por este Coletivo Educador (projeto completo no anexo 5) é a de, primeiramente, consolidar a estruturação do mesmo, através da realização de um estudo detalhado do município de Campinas para que os integrantes do CoECa o conheçam melhor e assim seja possível, em um segundo momento, articular outras parcerias que viabilizem a formação dos PAPs3. Tal estudo consiste em pesquisas bibliográficas, seminários, reuniões coletivas de planejamento, oficinas conceituais e, entre outras atividades, visitas de campo às diferentes regiões do município. Uma vez que Campinas está dividida



administrativamente em sete macrozonas, de acordo com seu Plano Diretor, e cada uma delas possui características próprias os estudos estão sendo feitos por macrozonas. A intenção é formar 150 PAPs³ distribuídos nas sete macrozonas, distribuição esta que será feita proporcionalmente ao adensamento populacional de cada uma delas. Outra proposta do CoEca é a de promover uma articulação entre os diferentes Coletivos Educadores do Estado de São Paulo. São parte integrante do referido Coletivo: UNICAMP; Prefeitura Municipal de Campinas - Secretaria Municipal de Planejamento e Diretoria de Meio Ambiente (SMP-DMA); Secretaria de Educação de Estado de São Paulo - Diretoria de Ensino Campinas Leste (DEC-Leste) e Diretoria de Ensino Campinas Oeste (DEC-Oeste); ONG Gaia; Oficinas Culturais da Região Metropolitana de Campinas (OC-RMC); Instituto de Pesquisas Especiais para a Sociedade (IPES); Fundação José Pedro de Oliveira (Mata de Santa Genebra); Instituto Jequitibá, Centrais de Abastecimento de Campinas (CEASA), Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCamp), Movimento Sonha Barão, Guarda Municipal de Campinas e o Projeto Anhumas (Recuperação Ambiental, participação e poder público: uma experiência em Campinas). A análise deste processo de formação e consolidação do Coletivo Educador de Campinas será objeto de estudo de um projeto de pesquisa para doutoramento, a ser submetido ao Programa de pós-graduação em Ciência Ambiental (PROCAM) da USP. O esboço do pré-projeto segue no anexo 6.

4. Considerações finais

As atividades de EA foram desenvolvidas com comunidades que se encontram instaladas em área de risco no interior da bacia hidrográfica do ribeirão das Anhumas. Faz-se importante esclarecer que apenas parte destas comunidades encontram-se em áreas de risco e que as atividades educacionais realizadas envolveram parte dos moradores que se encontram em situação de risco. Pode-se afirmar que os processos de Educação Ambiental deflagrados transcorreram de modo satisfatório, tendo em vista os objetivos previamente delineados. As atividades foram desenvolvidas com o objetivo de diagnosticar a situação socioambiental da região, bem como procurar fortalecer as iniciativas já existentes, na busca de incrementar a participação popular no processo de tomada de decisões que influenciam diretamente o seu cotidiano de vida.

De acordo com Sawaia (2001:119) "as formas de participação variam de intensidade, desde simples adesão até a absorção do indivíduo; de espacialidade, participação 'face a face',



anônima, virtual, local, global; de motivo, por obrigação, por interesse, por imposição, por afeto; de temporalidade, longa duração, imediata". A autora traz também a função social da participação: excludente (voltada ao 'status quo') ou integrativa (visando a revolução). Contudo, Sawaia (2001) faz-nos um alerta para o caráter *fashion*⁴ que a participação adquiriu na contemporaneidade, passando a integrar os discursos dos mais diferentes setores da sociedade, como empresarial, científico, político, senso comum, entre outros, nos quais a participação é apresentada como elemento fundamental para aspectos vistos como positivos na sociedade: inclusão social, cidadania, democracia, saúde mental, sucesso profissional etc. Aponta também a existência de políticas de participação excludentes, ou seja, aquelas que não visam à emancipação do sujeito, mas sim à manutenção de sua situação de explorado. Não é incomum vermos esta postura *fashion* em programas e políticas ambientais. Para Silveira (2001:9), o discurso da participação tornou-se oficial a partir da idéia de um esforço global para o desenvolvimento sustentável: "as experiências [de conservação] em áreas protegidas mostravam que era muito difícil administrá-las quando havia conflito com os moradores locais. A participação passou a ser, então, parte do vocabulário para programas na área ambiental (Mc Nely, 1995). (...) A visibilidade alcançada pelas populações locais é útil para endossar a legitimidade dos projetos. Segundo Escobar (1996), há uma diferença entre ter visibilidade e ser ouvido". Silveira (2001) refere-se às áreas naturais protegidas, porém a mesma situação é encontrada nos centros urbanos.

Segundo Costa-Pinto (2003), "quando falamos em participação, estamos falando sobre concepções de sociedade, de cidadania, de ética, de justiça, de educação popular, movimentos sociais, desigualdade e exclusão social, sendo, portanto, o cerne desse debate de cunho ético-político". Ainda de acordo com a mesma autora, ao definirmos a participação como potência de ação, podemos afirmar que o que move a participação é a vontade de ser feliz, cuja ação reflete, no limite, na ação política transformadora, mas o motor dessa ação não é apenas a consciência política, mas também a descoberta de potencialidades, talentos e capacidades individuais, pois estas descobertas trazem o estímulo à ação e à participação (Costa-Pinto, 2003). "Eleger a potência de ação como alvo da *práxis* participativa, equivale a adotar como objetivo o fortalecimento do sujeito em perseverar na luta contra a escravidão e não, apenas, o aprimoramento de sua eficácia de negociador, defensor de seus direitos e de militância como

⁴ *Fashion* ou "tirania da moda", conceito este "usado por Jacques Bouveresse para referir-se à pressão que faz com que os intelectuais franceses escrevam cada vez mais [sobre um determinado assunto] tendo em vista a recepção midiática [em detrimento da precisão conceitual]" (Sawaia, 2001:116 nota 1).



alvo da participação, mesmo porque estes últimos dependem do primeiro" (Sawaia, 2001:126). Trata-se de fortalecer o sujeito através da ampliação e do aprofundamento da consciência das capacidades, talentos e potencialidades que possui e constrói para modificar a realidade, bem como consciência de sua situação social. O intuito é que a partir desta clareza o sujeito passe a se envolver com as regras sociais de maneira ativa e crítica e não apenas como um cumpridor de papéis, mas buscando caminhos para exercer sua potência de modo a transformar a realidade visando sua felicidade (Costa-Pinto, 2003).

Uma das maiores dificuldades encontradas foi a falta de comprometimento do poder público, que incentiva ações comunitárias de modo pontual e afasta-se em seguida, estimulando assim o lado *fashion* da participação, para usar as palavras de Sawaia (2001), que são reforçadas pelas colocações de Silveira (2001). Pois, desta forma, o poder público pode dizer que incentiva sim as iniciativas comunitárias, porém as comunidades é que são incapazes de se organizar e realizar ações por si mesmas, tendo, portanto, que serem tuteladas pelo Estado. Faz-se importante colocar aqui que o fomento da organização comunitária para a resolução de problemas locais não tem o objetivo de isentar o Estado de seu papel, mas sim de possibilitar que estas primeiras cobrem, de maneira efetiva, que o mesmo exerça adequadamente suas funções.

Outros entraves encontrados para a continuidade das ações comunitárias são as dificuldades internas de comunicação das e entre as comunidades, além da dificuldade de manutenção das articulações por elas conquistadas. Contudo, pode-se constatar o grande potencial que as comunidades possuem para realizar ações que venham a contribuir tanto com a melhoria de sua qualidade de vida, como com a conservação do meio ambiente, tendo em vista as ações empreendidas.

Com base no pensamento filosófico de Espinosa (1983) e nas colocações feitas por Sawaia (2001), Costa-Pinto (2003) e Chauí (1995) há fluxos e refluxos nos processos participativos que são inerentes aos processos reflexivos e, conseqüentemente, aos processos de incremento da potência de ação dos sujeitos, sejam eles individuais ou coletivos. Os momentos de refluxo, de afastamento e desarticulação comunitária para o empreendimento de ações coletivas endógenas evidenciam a necessidade da continuidade dos processos de aprendizado de planejamento participativo comunitário, uma vez que as ações não cessaram por completo, havendo um movimento interno e espontâneos nas comunidades para a rearticulação das mesmas. O que aponta para algum incremento da potência de ação destes



grupos e indivíduos, muito embora uma análise mais acurada e temporalmente longa deva ser empreendida.

As colocações anteriores evidenciam e reforçam a urgente necessidade da implementação de processos educativos de fomento à organização comunitária baseados em princípios e diretrizes ecológica e socialmente mais justos no interior das comunidades, como política pública de desenvolvimento local e regional. Esta necessidade de apoio continuado de médio e longo prazos, para que as transformações iniciadas no interior das comunidades se consolidem e frutifiquem, é justamente a que o Coletivo Educador de Campinas (CoECA) almeja suprir com a deflagração de processos de formação de educadores ambientais populares institucionalmente apoiados no município de Campinas. Esta iniciativa pode possibilitar o incremento da potência de ação de diferentes comunidades no município, inclusive aquelas envolvidas na presente proposta. Pois a participação do componente de Educação Ambiental deste projeto nas reuniões de fomento aos Coletivos Educadores promovidas pela DEA/MMA e nas reuniões do próprio CoECA objetivaram, desde o princípio, tanto apoiar a iniciativa que foi considerada inovadora e importante para um desenvolvimento socioambiental mais adequado para Campinas, como também procurar garantir a inserção das comunidades envolvidas com o Projeto Anhumas no processo de formação de educadores ambientais populares e, deste modo, buscar uma maneira de dar continuidade aos processos educacionais deflagrados pelas atividades aqui descritas.

5. Figuras



Figura 1 - Trabalho nas hortas comunitárias do Núcleo Gênesis, no baixo curso da bacia do ribeirão das Anhumas (Campinas, SP) – set/2005.



Figura 2 - Trabalho nas hortas comunitárias do Núcleo Gênesis, no baixo curso da bacia do ribeirão das Anhumas (Campinas, SP) – set/2005.



Figura 3 - Horta comunitária da favela da Vila Brandina, no alto curso da bacia do ribeirão das Anhumas (Campinas, SP)- mai/2005.



Figura 4 - 2º Encontro de comunidades da bacia do ribeirão das Anhumas. Visita das comunidades à horta comunitária do bairro Santa Genebra, no médio curso da bacia do ribeirão das Anhumas (Campinas, SP) – set/2005.



Figura 5 - 2º Encontro de comunidades da bacia do ribeirão das Anhumas. Explicação sobre como fabricar adubo orgânico, em visita às hortas comunitárias do bairro Santa Genebra, médio curso da bacia do ribeirão das Anhumas (Campinas, SP) – set/2005.



Figura 6 – 2º Encontro de comunidades da bacia do ribeirão das Anhumas – visita às hortas comunitárias no bairro Santa Genebra (Campinas, SP) – set/2005.



6. Referências bibliográficas

- AVANZI, M.R.; COSTA-PINTO, A.B.; WUNDER, A.; OLIVEIRA, C.; SPEGLICH, E.; NONATO, R.C.; OLIVEIRA, V.G.. Reflexões Metodológicas sobre Construção Coletiva de Conhecimento e Educação Ambiental. In: Mata, Speranza et alli (org.). *Educação Ambiental: Projetivas do século*. Rio de Janeiro, MZ Editora, 2001.
- BÁRCENA, A. *Ciudadania ambiental mundial*. México, 1997.
- BENEVIDES, M.V. "Cidadania e Democracia". *Lua Nova – Revista de cultura e política*, n33, São Paulo, CEDEC, 1994.
- BORDA, O.F.. "Aspectos Teóricos da Pesquisa Participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular". In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *Pesquisa Participante*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- CHAUÍ, M. *Espinosa, uma filosofia da liberdade*. São Paulo, editora Moderna, 1995.
- COIMBRA, J.A.Á.. *Linguagem e percepção ambiental*. Rio de Janeiro: Editora Monole, 2005.
- COSTA-PINTO, A.B. *Em busca da Potência de Ação: Educação Ambiental e Participação na agricultura caiçara no interior da Área de Proteção Ambiental de Ilha Comprida, SP*. Dissertação de Mestrado São Paulo, USP, (Programa de pós-graduação em Ciência Ambiental – PROCAM), 2003.
- COSTA-PINTO, A.B. & SORRENTINO, M. Trabalhos Coletivos e Educação Ambiental para a Participação: uma parceria com moradores de Pedrinhas, Ilha Comprida/SP. *Revista Eletrônica Mestrado em Educação Ambiental*. ISSN 1517-1256, vol 08, 2002a. <http://www.sf.dfis.furg.br/mea/remea>
- ESPINOSA, Baruch de. *Pensamentos metafísicos; Tratado da correção do intelecto; Ética; Tratado político; Correspondência*. (Seleção de textos: Marilena Chauí). São Paulo, Abril Cultural, 3a ed, 1983. (coleção: Os pensadores)
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1999.
- GEERTZ, C. "Por uma teoria interpretativa da cultura." In: _____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- HAGUETTE, T.M.F.. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1987.
- LÜDKE, M. & ANDRÉ, M.D.E.. *A Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo, EPU, 1986.



- PELICIONI, F.C.M. *Fundamentos da educação ambiental*. Rio de Janeiro. Editora Monole 2005.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS – SEPLAMA – Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente. *Plano de Gestão Urbana de Barão Geraldo*, 1996.
- QUERINO, M. R.. Recuperação ambiental, participação e poder público: uma experiência em Campinas. *Relatório de bolsa de Treinamento Técnico I* (FAPESP processo no 05/53073-9), 2006.
- QUERINO, M. R.. Recuperação ambiental, participação e poder público: uma experiência em Campinas. *Relatório de bolsa de Treinamento Técnico I* (FAPESP processo no 05/53073-9), 2005.
- SANTOS, C.C. & COSTA-PINTO, A.B. Potência de Ação. In: FERRARO JÚNIOR, L.A. (org). *Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília – MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.
- SAWAIA, B.B. "Participação social e subjetividade". In: SORRENTINO, M. (org.). *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. São Paulo, Educ-FAPESP, 2001.
- SILVEIRA; P.C.B. *Povo da Terra, Terra do Parque: Presença humana e conservação de florestas no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira, SP*. Dissertação de mestrado, IFCH, UNICAMP, Campinas, 2001.
- SORRENTINO, Marcos. "Educação Ambiental e Universidade". In: BARBOSA, R. S. R. (org). *A temática Ambiental e a pluralidade no ciclo de seminários do nepam*. Campinas, UNICAMP, 1998.
- THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo, Cortez, 1986.
- TORRES, R.B.; Nogueira, F.P.; Perez Filho, A. & Costa, M.C. (coords.). *Recuperação ambiental, participação e poder público: uma experiência em Campinas*. Relatório de pesquisa, processo FAPESP nº. 01/02952-1, 2005.
- TORRES, R.B.; Nogueira, F.P.; Perez Filho, A. & Costa, M.C. (coords.). *Recuperação ambiental, participação e poder público: uma experiência em Campinas*. Relatório de pesquisa, processo FAPESP nº. 01/02952-1, 2003.
- VIEZZER, M. & OVALLES, O. (orgs.). *Manual Latino-Americano de Educação Ambiental*. São Paulo, Gaia, 1995.



7. Anexos

ANEXO 1

Convite do lançamento da campanha de coleta seletiva do Projeto Salve o Anhumas durante a Festa da Primavera

Convite à comunidade

LANÇAMENTO DA CAMPANHA DE COLETA SELETIVA

Quando:
Festa da primavera
08 e 09/out/05
Das 9h às 22h

Onde:
Praça ao lado
do campo
de futebol do
Jardim do Alto
da Cidade
Universitária

O sucesso da coleta de recicláveis depende da criação de novos hábitos, pois a seleção dos materiais começa dentro de casa, ou melhor, desde o momento que escolhemos as embalagens dos produtos que consumimos. De acordo com informações da Cooperativa de recicláveis de Barão Geraldo (CooperBarão) os bairros Jardim Alto da Cidade Universitária e Guarã contribuem com uma grande quantidade de recicláveis, mas em péssimas condições, muitas vezes, sujos e misturados com restos de cozinha e banheiro. Isto, além de por em risco a saúde dos que trabalham na triagem destes materiais, impossibilita o reaproveitamento e reciclagem dos mesmos e contribui com a degradação do meio ambiente e da qualidade de vida.

A coleta seletiva pode ser realizada pela separação do lixo seco e do lixo úmido. Para ficar afinado com a coleta de recicláveis siga as seguintes instruções:

lixo seco: coloque na rua somente o lixo seco e limpo: vidros, metais, plásticos, isopores e papéis, todos no mesmo saco.

Dica: reserve a água do enxágüe da louça para lavar as embalagens, assim você economizará água tratada.

lixo úmido: coloque na rua somente o lixo úmido (orgânico e contaminado), que são os restos de comidas e cascas, papel higiênico, absorventes, fraldas, preservativos, folhas secas, podas etc.

**SEGUNDA E QUINTA
(período noturno)
são os dias da semana para a coleta seletiva (lixo seco)
no Jardim Alto da Cidade Universitária e Guarã**

<p>Realização</p>	<p>Apoio</p>	<p>Agradecimentos</p> <p>Associação Desportiva Beira Rio pelo espaço cedido na festa da Primavera.</p>
-------------------	--------------	--



ANEXO 2

Regulamento interno para utilização do espaço das hortas

(elaborado pelos moradores do Núcleo Gênesis com auxílio de pesquisadores do componente Educação Ambiental do Projeto de pesquisa em políticas públicas FAPESP “Recuperação ambiental, participação e poder público: uma experiência em Campinas”).

1. Nenhum morador tem o título de propriedade da área de horta em que está plantando, pois é uma área pública. A Prefeitura Municipal de Campinas concede o direito de uso;
2. Cada morador deve cuidar do fundo da sua área de horta para evitar enchente;
3. Não é permitido construir nenhuma edificação no seu terreno de horta há não ser um paiolzinho para guardar ferramentas;
4. A área de horta não pode ser usada como depósito de nenhum tipo de material, inclusive materiais recicláveis;
5. Cada morador poderá montar um quiosque do lado de dentro de sua área para vender a produção de sua horta;
6. É proibida a criação e permanência de animais nas áreas de horta;
7. Cada morador deve manter limpa a frente da sua área de horta (não colocar entulho de nenhum tipo);
8. Cada um deve trancar a sua área de horta;
9. Cada morador que possuir concessão de uso da área de horta deve plantar na parte da frente duas árvores indicadas por especialista;
10. Quem não cuidar do seu espaço de horta de acordo com este regimento perde o direito de uso (tem que ceder seu espaço de horta para outro morador da localidade);
11. Quem cuidará da área de escoamento de água (valeta)?



ANEXO 3

Necessidades apontadas pelos moradores do Núcleo Gênesis para melhorar as condições de produção das hortas

(elaborado pelos moradores do Núcleo Gênesis com auxílio de pesquisadores do componente Educação Ambiental do Projeto de pesquisa em políticas públicas FAPESP “Recuperação ambiental, participação e poder público: uma experiência em Campinas”).

- a.** Esterco;
- b.** Terra;
- c.** Água encanada (SANASA);
- d.** Controlar carrapatos e outros animais que causem doenças (pessoal da área da saúde);
- e.** Acompanhamento técnico – especialista (plantio orgânico? Plantio usando veneno? O que plantar? O que fazer para melhorar a terra para plantar?);
- f.** Sementes;
- g.** Tela para fechar todas as hortas (fundo, meio e frente);
- h.** Especialistas para definir como cuidar do fundo das hortas (barranco as margens do ribeirão das Anhumas – Gabião? Plantio de árvores? Plantar grama?)



ANEXO 4

Artigo enviado em 26/05/2006 para a revista eletrônica *Educação Ambiental em Ação* - ISSN 1678-0701 - www.revistaea.arvore.com.br – em caso de aceite o artigo será publicado na 3ª edição do ano, que ocorre em setembro.

Eixo temático: Relatos de Práticas de Educação Ambiental

Reflexões sobre Educação Ambiental como instrumento de transformação comunitária: pré diagnóstico da situação socioambiental da favela da Vila Brandina, Campinas-SP.

COSTA-PINTO, A. B.; QUERINO, M. R. & VIEIRA, A. L. F. R.

Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto – Mestre em Ciência Ambiental pelo PROCAM/USP, tendo desenvolvido dissertação na área de Educação Ambiental intitulada “Em busca da potência de ação: Educação Ambiental e Participação na agricultura caíçara no interior da Área de Proteção Ambiental de Ilha Comprida, SP” (processo FAPESP no. 00/06371-0), pesquisadora do componente Educação Ambiental do projeto “Recuperação ambiental, participação e poder público: uma experiência em Campinas” (processo FAPESP no. 01/02952-1) e Profa. do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental da Universidade São Marcos/Paulínia. Endereço para correspondência: Rua Osvaldo Antunes Vasconcelos, 155. Bairro: Cidade Universitária. Distrito de Barão Geraldo, Campinas/SP. CEP 13084-200. Tel. (19) 3289.3764 / 9191.6214 E-mail: alegubcp@hotmail.com e alessandra.costapinto@smarcos.br

Marcos Roberto Querino – Bolsista FAPESP de Treinamento Técnico níveis I e III (processos 05/53073-9 e 06/50713-0, respectivamente) pelo projeto “Recuperação ambiental, participação e poder público: uma experiência em Campinas” (processo FAPESP no. 01/02952-1) e Tecnólogo em Gestão Ambiental pela Universidade São Marcos/Paulínia. Endereço para correspondência: Rua Antonio Basseto nº 568 Paulínia/SP. CEP 13140-000. Tel. (19) 3833-3842 / 91823217 E-mail: mrquerino@yahoo.com.br

Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira – estagiária do componente Educação Ambiental do projeto “Recuperação ambiental, participação e poder público: uma experiência em Campinas” (processo FAPESP no. 01/02952-1) e estudante do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental da Universidade São Marcos/Paulínia. Endereço para correspondência: Rua Avelino Diz, 137 - Jd.Flamboyant. Tel. (019) 3252.4763 / 8138.4655. CEP:13091-120. Campinas/SP E-mail: nalu_vieira@yahoo.com.br



Resumo

A experiência aqui relatada faz parte dos resultados obtidos pelo componente Educação Ambiental do projeto “Recuperação Ambiental, Participação e Poder Público: uma Experiência em Campinas” (FAPESP nº 01/02952-1). Para a realização do pré-diagnóstico da situação socioambiental da favela da Vila Brandina em Campinas-SP, foram utilizadas metodologias qualitativas de pesquisa que possuem como eixo central a participação popular e vislumbram a ampliação da consciência por parte da comunidade a respeito da sua própria realidade, objetivando assim possibilitar o incremento da potência de ação dos sujeitos. Busca-se compartilhar algumas considerações a respeito da realização atividades educativas que visem a potencialização dos indivíduos e, da comunidade como um todo, para realizar ações que venham a contribuir com a melhoria a qualidade de vida da população e com a conservação ambiental.

Introdução

A experiência aqui relatada faz parte dos resultados obtidos pelo projeto “Recuperação Ambiental, Participação e Poder Público: uma Experiência em Campinas” (FAPESP nº 01/02952-1)⁵, que será referenciado ao longo do texto com projeto Anhumas-fapesp.

As atividades educativas desenvolvidas pelo componente de Educação Ambiental do referido projeto envolveram quatro comunidades residentes no interior da bacia hidrográfica do ribeirão das Anhumas em seu alto, médio e baixo cursos, no município de Campinas-SP, buscando sempre promover uma reflexão dos moradores locais a respeito da situação socioambiental na qual estão inseridos, com o intuito de fortalecer as iniciativas comunitárias que procuram possibilitar tanto a melhoria da qualidade de vida da população, como a conservação ambiental.

O estudo supracitado procurou entender a relação entre os moradores e o meio natural e, a partir disto, desenvolver um trabalho de educação ambiental. De acordo com Sorrentino (1998:193) o objetivo maior da Educação Ambiental é o de “contribuir para a conservação da biodiversidade, para a auto-realização individual e comunitária e para a auto-gestão política e econômica, através de processos educativos que promovam a melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida”. Em assim sendo, a educação ambiental é um processo de educação política que possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades, bem como a formação de valores e atitudes que se transformam necessariamente em práticas de cidadania. Estas práticas podem garantir a construção e manutenção de uma sociedade sustentável, em que os

⁵ O projeto “Recuperação ambiental, participação e poder público: uma experiência em Campinas” foi financiado pela linha de políticas públicas da FAPESP (processo no. 01/02952-1) e desenvolvido em uma parceria entre o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Prefeitura Municipal de Campinas (PMC), Universidade de Brasília (UnB) e Instituto Florestal (IF), na bacia hidrográfica do ribeirão das Anhumas, sob coordenação da Profa. Dra. Roseli B. Torres do IAC. O referido projeto realizou um diagnóstico das principais características socioambientais da bacia hidrográfica do ribeirão das Anhumas e procurou trazer recomendações de políticas públicas que visem contribuir com a melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida da população residente na área em questão (Torres et al., 2003, 2005 e 2006).



recursos naturais são utilizados de forma coerente com o objetivo de se preservá-los para as presentes e futuras gerações.

Tendo isto posto, coloca-se que processos educativos de fomento à organização comunitária que visam solucionar problemas locais e, desta forma, objetivam também contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população e com a conservação do meio ambiente, devem buscar caminhos para promover/fortalecer processos participativos buscando o desenvolvimento de ações coletivas que almejam o bem estar de todos. Pois, entende-se que “garantir formalmente direitos é algo muito importante, mas isto não basta para que na prática (...) [a] consolidação [da participação] aconteça, havendo portanto a necessidade da implementação de processos educacionais que busquem a consolidação do aprendizado da participação, ou para usar as palavras de Maria Victoria Benevides [1994], de uma educação política” (Costa Pinto, 2003:1).

Segundo Bárcena (2000:14), “não são os conhecimentos, as informações e nem as verdades transmitidas através de discursos ou leis que dão sentido à vida, o sentido se tece de outra maneira, a partir de relações imediatas, a partir de cada ser, a partir dos sucessivos contextos nos quais se vive. O sentido de trabalhar por um meio ambiente sadio constrói-se num fazer diário, numa relação pessoal e grupal, e por isso, a tomada de consciência ambiental cidadã só pode traduzir-se em ação efetiva quando segue acompanhada de uma população organizada e preparada para conhecer, entender, exigir seus direitos e exercer suas responsabilidades”.

De acordo com Dayrell (1996:142 apud Costa-Pinto & Sorrentino, 2002a) um processo educativo “ocorre nos mais diferentes espaços e situações sociais, num complexo de experiências, relações e atividades, cujos limites estão fixados pela estrutura material e simbólica da sociedade, em um determinado momento histórico (...)”.

Este artigo se restringirá a relatar as atividades de um pré-diagnóstico da situação socioambiental da favela da Vila Brandina, no alto curso do ribeirão das Anhumas.

Este pré-diagnóstico foi realizado com o uso de elementos da etnografia. Devido ao pouco tempo disponível não foi realizado um mergulho etnográfico de grande profundidade, mas lançou-se sobre a comunidade um olhar etnográfico, um “olhar atentamente distraído” (Avanzi et al 2001; Costa-Pinto, 2003), buscando captar elementos que permitissem compreender um pouco melhor os problemas enfrentados pelos moradores”.

Metodologia Utilizada na Pesquisa

Cabe ressaltar que entendemos ser mais coerente com a proposta deste trabalho a escolha, dentre as metodologias qualitativas de pesquisa, daquelas que possuem como eixo central a participação popular e vislumbram a ampliação da consciência por parte da comunidade a respeito da sua própria realidade.

Borda (1990) apresenta a Pesquisa Participante como sendo uma pesquisa que busca auxiliar grupos populares na resolução de problemas enfrentados procurando sempre contribuir com a ampliação da consciência das bases sociais a respeito de sua realidade, bem como valorizar o conhecimento popular, tendo na reflexão das ações realizadas um importante instrumento.



Viezzler & Ovalles (1995:52) descrevem a Pesquisa Ambiental Participante (PAP) como sendo capaz de “gerar na comunidade afetada, um processo de autodiagnóstico ou autoconhecimento, afim de que seus membros não só fiquem conscientes do problema, mas que conheçam as causas responsáveis e procurem soluções”. Assim o uso de elementos etnográficos para a realização de ações educativas está em consonância com a proposta deste trabalho de pesquisa.

O “olhar atentamente distraído” lançado está em sintonia com Geertz (1989:20) para quem realizar pesquisa etnográfica significa enfrentar “uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas uma às outras, que são simplesmente estranhas, irregulares e inexplícitas e que (...) [quem a pratica] tem de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar. (...) É como tentar ler (no sentido de 'construir uma leitura de') um manuscrito estranho e desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escritos não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado”.

Para utilizar o olhar etnográfico proposto fez-se uso da observação participante. A utilização desta técnica requer alguns cuidados, enunciados por Lüdke & André (1986:30): “(...) o observador coleta dados buscando sempre manter uma perspectiva de totalidade, sem se desviar demasiado de seu foco de interesse. Para isto, é particularmente útil que ele oriente a sua observação em torno de alguns aspectos, de modo que ele nem termine com um amontoado de informações irrelevantes nem deixe de obter certos dados que vão possibilitar uma análise mais completa do problema” e as anotações de campo devem conter uma parte descritiva e outra reflexiva.

As atividades realizadas foram: pesquisa de campo, ou seja, visitas a área de estudo na Vila Brandina; conversas informais com diferentes moradores e integrantes de associações que desenvolvem trabalhos no local; articulação e realização de dois *‘Encontros para troca de experiências entre comunidades residentes na bacia hidrográfica do ribeirão das Anhumas’*; participação na reunião pública de mapeamento de riscos ambientais do alto curso do Anhumas, promovida pelo componente de Riscos Ambientais do projeto supracitado, além da participação na devolução de tais informações à comunidade.

Apresentação do estudo de caso

O ribeirão das Anhumas tem uma extensão de 21.120 metros sendo que destes apenas 236 metros, ou 1,12%, de suas margens são protegidas com matas ciliares (Prefeitura Municipal de Campinas, 1996). O Anhumas nasce no e percorre uma grande área do município de Campinas. Uma parte de seu trajeto ocorre na área urbana, sendo canalizado em alguns locais, e recebendo cerca de 40% do esgoto doméstico da cidade *in natura*, cruza uma importante rodovia, a SP-340, percorre uma área rural em busca do Rio Atibaia, onde deságua já no município de Paulínia.

O município de Campinas está administrativamente dividido em sete macrozonas, de acordo com seu Plano Diretor. A Vila Brandina está inserida na macrozona 4 – área de ocupação consolidada, caracterizada por uma vizinhança de contrastes de renda extremos. No entorno da Favela da Vila Brandina localizam-se os bairros Vila Brandina, Palmeiras, Jardim Palmeiras-Hípica, bem como a Sociedade Hípica de Campinas, o Colégio Integral, o Instituto Biológico, o Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim, o LARA (Laboratório de



Regional de Apoio Animal vinculado a Secretaria de Defesa Agropecuária) e a Secretaria do Meio Ambiente.

A aproximação com os moradores da favela da Vila Brandina e com a ONG Plantando Paz na Terra se deu através das atividades desenvolvidas na primeira e segunda fases do projeto Anhumas-fapesp (Torres *et al*, 2003 e 2005). Através da parceria firmada com a referida ONG, foi possível contatar moradores e lideranças do local, com o objetivo de fazer um pré-diagnóstico da situação socioambiental da localidade, além de conhecer tanto os trabalhos que estavam sendo realizados dentro da favela, como quais eram os desejos dos moradores para o futuro da área em questão.

A Plantando Paz na Terra (www.plantandopaznaterra.org.br) é uma, das várias ONGs que atuam na favela da Vila Brandina. Foi fundada no ano de 2001, após sua coordenadora retornar de uma viagem ao sul da Índia em que conheceu *Auroville*, uma cidade ecologicamente correta, como parte de uma pesquisa que vinha realizando sobre novas formas de vida coletiva. A experiência concreta desta cidade forneceu-lhe subsídios e estímulo para a implantação de um programa socioambiental em Campinas, cidade em que reside. O lema da ONG foi expresso por sua coordenadora através de um poema que escreveu em 2002 e está afixado na sede da mesma: *‘Plantando Paz na Terra espelha o som de uma água que quer brotar junto como a nossa memória do essencial’*.

Ao retornar da Índia a coordenadora da ONG conheceu a área do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim em que se encontra assentada a favela da Vila Brandina. Nesta área vislumbrou a realização de um projeto de recuperação da mesma, que posteriormente foi denominado “Corredores Ecológicos do Mato Dentro”. A implantação de tal projeto torna a cidade de Campinas co-irmã de *Auroville*, para usar as palavras da coordenadora.

Vale dizer que nesta localidade se fazem presentes várias nascentes do córrego Mato Dentro, um importante formador do ribeirão das Anhumas e que a mata ciliar tanto das nascentes, como do próprio córrego estão muito degradadas, sendo praticamente inexistentes.

A área do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim se encontra atualmente dividida em duas partes, que são separadas por uma via expressa que liga a cidade de Campinas ao distrito de Sousas. A favela da Vila Brandina se encontra dentro da área do Parque do lado oposto da pista em que se localiza a sede do mesmo.

Este projeto dos Corredores Ecológicos pretende fazer a ligação das duas áreas do Parque, na sub-bacia do córrego Mato Dentro, para o trânsito de animais silvestres e recompor a mata ciliar, tanto do córrego, como das nascentes, de acordo com a coordenadora da ONG. Para viabilizar sua implantação a Plantando Paz na Terra vem desenvolvendo atividades, junto a um pequeno grupo de moradores da favela que buscam melhorar as condições de vida no local, através da revitalização de algumas áreas.

Intenta-se operar esta revitalização através do reflorestamento ciliar da área, criação de praças e implantação de um espaço de educação permanente. Tal espaço compreende a construção de um complexo, com estrutura para oferecer cursos, palestras, oficinas etc., que visem contribuir com à formação social, ambiental e econômica dos moradores, bem como expor trabalhos por des realizados. Também tem como objetivo constituir-se como um espaço de lazer para todos e ainda oferecer a seus visitantes, informações sobre a localidade e seus residentes.

A idéia da ONG é que os moradores que vivenciam no seu dia a dia a degradação deste espaço público em decorrência de sua utilização inadequada - tanto por parte da



prefeitura, que o utilizou por vários anos como depósito de lixo, como por parte dos próprios moradores que o utilizavam para criação e abate de animais - acabem sensibilizados com a destruição das nascentes e do ambiente de um modo geral. E, a partir disso, façam uma apropriação diferenciada da área, passando a zelar, a tomar conta da mesma, criando um espaço de convívio, do qual todos possam usufruir, na forma de lazer e/ou mesmo através das diferentes atividades oferecidas pela entidade para a comunidade. Trabalhando em regime de mutirões alguns moradores, a ONG e seus amigos vêm construindo quiosques e uma horta comunitária cuidada por mulheres da residentes na favela.

No princípio, esta idéia teve boa receptividade por parte da diretoria do Parque Ecológico e dos moradores da favela, mas com o decorrer dos trabalhos, instalou-se grande conflito de interesses políticos e divergências de idéias, entre moradores, ONGs e parte da diretora do Parque Ecológico. Sendo uma das divergências referentes aos limites físicos do Parque, havendo discordâncias a respeito de se a área próxima a favela, onde estão as nascentes, alguns poucos remanescentes de mata ciliar e a sede da ONG integram ou não a área do mesmo.

Cabe colocar que o Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim é alvo de disputa política entre o Estado de São Paulo e o Município de Campinas, tendo inclusive duas direções: uma estadual e outra municipal. O que coloca na dependência de um acordo entre as duas direções a realização de quais quer ações dentro da área, ou no entorno do mesmo.

Uma outra ONG, de nome Recicla Lar, cujo o presidente não mora na favela, mas em seu entorno, tem como objetivo a substituição dos barracos de madeira por outros de alvenaria. A realização destas ações vem provocando desentendimentos entre a ONG e a Associação de Moradores da Vila Brandina (AMoViBra).

O cerne deste conflito parece residir nos princípios balizadores da urbanização da favela, uma vez que membros da AMoViBra declaram que a discordância se dá em função da localização das construções de alvenaria que a Recicla Lar vêm promovendo. Membros da Associação de Moradores alegam que a AMoViBra procura realizar este mesmo trabalho, porém realizando o deslocamento de moradores instalados nas áreas de risco para outras partes da favela, de acordo com as instruções da Prefeitura Municipal de Campinas e da COHAB, diferentemente do que afirmam que referida ONG vem fazendo. Faz-se importante aqui colocar que não foi possível contatar nenhum membro da ONG Recicla Lar pessoalmente para ouvir sua versão sobre estes fatos.

Pelo que pudemos apurar durante o pré-diagnóstico realizado, além dos conflitos acima descritos, uma preocupação de parte dos moradores é a revitalização da área constituída pelas nascentes, através do replantio da mata ciliar que depende da regularização da documentação junto ao DPRN, órgão em que o pedido para realizar tal atividade já foi protocolado.

Dentre as várias dificuldades que a comunidade vem enfrentando, de acordo com depoimentos de moradores locais e um membro da ONG Plantando Paz na Terra, podemos destacar:

a) várias ruas não possuem coleta de lixo, pois o caminhão da prefeitura não passa devido à largura da mesma e com isso muitos moradores jogam seu lixo em um terreno particular desocupado, um possível criadouro de baratas, ratos e uma série de outros animais transmissores de doenças;



b) casas foram construídas em cima de várias nascentes, com isso ainda hoje brota água no quintal das mesmas, tornando as paredes das construções úmidas e com mofo, podendo causar doenças respiratórias;

c) próximo à horta comunitária há uma galeria de água pluvial construída pela Prefeitura de Campinas drenando água da rua para dentro da área de nascentes;

d) o posto de gasolina existente nas imediações despeja clandestinamente seus efluentes nessa tubulação.

e) o *Deus nos acuda*, para usar as palavras dos residentes locais, nos períodos chuvosos, pois a presença desta drenagem pluvial, o assoreamento do córrego Mato Dentro e a ausência de mata ciliar no mesmo propiciam a formação de enxurradas e enchentes que arrastam para dentro das casas água com todo tipo de sujeira, além de ratos e baratas;

f) duas nascentes foram canalizadas diretamente para tubulação de esgoto;

g) não há creches no local, pois a única que havia será fechada, pois está em um uma área do Estado de forma irregular;

h) falta de apoio para ONG Plantando Paz na Terra, na realização da recomposição de mata ciliar na favela da Vila Brandina.

Considerações finais

As atividades desenvolvidas junto a comunidade da favela da Vila Brandina foram realizadas, como dito anteriormente, através da utilização de metodologias qualitativas de pesquisa que possuem como foco a participação popular, por ser este um trabalho de Educação Ambiental que almeja o incremento da potência de ação dos sujeitos, sejam eles individuais ou coletivos.

“Parte-se do pressuposto de que Educação Ambiental está imbuída de um conteúdo político e de que a ação educativa situa-se numa ampla e complexa relação de conflitos histórica, social e culturalmente condicionados. Estas idéias estão em sintonia com autores como Gadotti (2000) e Santos (1996) que compreendem que o processo educativo que se propõe a transformar a realidade é conflitivo, pois estará necessariamente lidando com a ruptura com algo” (Avanzi et al, 2001).

Embora o contato com a comunidade tenha sido breve e limitado a realização de um pré-diagnóstico da situação socioambiental da localidade em questão, pode ser considerado um trabalho educativo de curtíssimo prazo, pois em todos os contatos possuía-se como objetivo tanto levantar informações que permitissem compreender a situação socioambiental local, bem como provocar uma reflexão dos interlocutores a respeito da mesma.

Em assim sendo, seguem abaixo algumas considerações a respeito das possibilidades vislumbradas para futuros trabalhos de educação ambiental que intentem fortalecer a organização comunitária e auxiliar na costura de parcerias para a realização e consolidação de transformações, tendo em vista a necessidade da continuidade, ao longo do tempo, de um processo educativo que propicie um aumento da participação popular nas tomadas de decisão.

O pré-diagnóstico realizado revela uma série de conflitos existentes tanto no interior da comunidade, como entre agentes externos e a comunidade e entre agentes externos que



desejam realizar ações para melhoria no local entre si. Tais conflitos apresentam-se como divergências de idéias, atitudes e propostas de ações, muito embora, aparentemente, o objetivo de todos seja o mesmo: propiciar melhorias na localidade, sejam elas referentes a qualidade de vida dos moradores e/ou a conservação/aumento da biodiversidade local.

Nas situações acima descritas percebe-se que os agentes externos chegam com uma proposta pronta, impondo à comunidade, de cima para baixo, quais são e como devem ser feitas as melhorias locais, tendo a comunidade como objeto de intervenção e não como uma parceira para construir a proposta de mudança. Pesquisas realizadas por Orlandi (1996) e Nonato & Avanzi (2001), apontam a existência deste tipo de prática no campo da Educação Ambiental que se baseiam em proposições teóricas ecologistas e práticas coercitivas, verticais e normativas “tomando o discurso ecologista como doutrina a ser defendida, e conseqüentemente, aceita, sem a mediação dos indispensáveis processos de apropriação e interiorização da mesma” (Gutiérrez & Prado, 1999: 50).

Este tipo de escolha pedagógica para o desenvolvimento de processos educativos impossibilitam a construção do que Demo (1995) chama de “qualidade política”, que representa a arte da comunidade ou grupo de se autogerir, a capacidade de inventar seu espaço próprio, forjando sua autodefinição, sua autodeterminação. Como um ponto importante para tal construção destaca-se a identidade cultural comunitária, reconhecida como “a razão histórica e concreta da coesão de grupo”. Para o autor é neste ponto que reside “o baú da onde se retira a fé em suas potencialidades” (Demo, 1995: 18).

Estando em consonância com Costa-Pinto et al. (2001:4) entende-se que as ações de Educação Ambiental devem “problematizar a relação entre conservação ambiental e bem estar social, partindo do desenvolvimento de capacidades e competências locais para o enfrentamento dos problemas”, sendo este um caminho para incrementar a potência de ação dos grupos e indivíduos.

O conceito de “potência de ação” foi extraído do pensamento do filósofo holandês, do século XVII, Baruch de Espinosa e se relaciona com a nossa capacidade de agir no mundo e transformá-lo na direção em que desejamos. Para Espinosa o que nos move é a busca pela liberdade e pela felicidade, o que está indissociavelmente ligado à nossa capacidade de expressar e realizar os nossos desejos (Costa-Pinto, 2003). “A filosofia espinosana considera que para ser feliz é necessário seguir o caminho da razão, compreendida não como a negação dos afetos, mas como um produto deles” (Santos & Costa-Pinto, 2005:297), pois com afirma Chauí (1995) “pensamos e agimos não contra os afetos, mas graças a eles”.

De acordo com Santos & Costa-Pinto (2005:298) “existem duas dimensões da potência de ação: uma individual (que visa o auto-conhecimento, a percepção de si) e outra coletiva (assente na composição dos sujeitos, que exige o conhecimento das regras que regem a sociedade política e aponta para a necessidade de abertura para o aprendizado a partir do conhecimento e da prática do outro). Mas como afirma Sawaia (2001) ‘potência de ação é da ordem do encontro, pois remete ao outro incondicionalmente’ (...). Percebe-se, assim, que a associação dos humanos em grupos – cooperativas, associações, sindicatos etc., potencializa o seu direito natural de existir, já que se unem para suplantar o medo, o ódio e todas as coisas e sentimentos que possam trazer sofrimento e reduzi-los ao estado de servidão (...)”.

Outro ponto relevante a ser destacado refere-se ao fato de as iniciativas da sociedade civil, internas ou externas a comunidade, não considerarem o poder público como um parceiro importante na realização e manutenção das mudanças desejadas, desconsiderando assim a função social do Estado.



Uma vez que estar potente para agir significa estar capaz de promover ações coletivas tendo consciência do que se deseja realizar e responsabilidade sobre ações empreendidas, ou seja, ter clareza de quais são as conseqüências positivas e negativas de nossas ações (Costa-Pinto, 2003), a tecitura de diferentes parcerias é algo essencial. Não podendo, portanto, o poder público ser descartado.

A partir do que foi colocado anteriormente, entende-se que para realizar ações educativas que visem a potencialização dos indivíduos e, da comunidade como um todo, para realizar ações que venham a contribuir com a melhoria a qualidade de vida da população e com a conservação ambiental são indispensáveis:

a) ter a comunidade como parceira tanto na elaboração e execução das transformações desejadas, como na avaliação das ações empreendidas e não como uma cumpridora de tarefas estabelecidas por outrem, pois é desta forma que se dará a construção da consciência crítica dos indivíduos e, conseqüentemente, da comunidade como um todo a respeito de sua própria realidade. Sendo, a construção desta consciência crítica a garantia da manutenção e frutificação de tais transformações;

b) realizar a mediação dos conflitos identificados, para que assim se faça possível costurar parcerias entre os agentes internos e externos à comunidade, que atuam na localidade em questão, para fortalecer as ações já iniciadas;

c) incluir o poder público nas parcerias construídas, pois assim possibilitamos uma aproximação do mesmo com a população, o que, por sua vez, propicia a oportunidade da mesma não só trabalhar em parceria com o Estado, como também que esta população cobre que este último cumpra adequadamente sua função social.

Referências bibliográficas

- AVANZI, M. R.; COSTA-PINTO, A. B.; WUNDER, A.; OLIVEIRA, C.; SPEGLICH, E.; NONATO, R. de C.; OLIVEIRA, V. G.. Reflexões Metodológicas sobre Construção Coletiva de Conhecimento e Educação Ambiental. In: Mata, Speranza et alli (org.). *Educação Ambiental: Projetivas do século*. Rio de Janeiro, MZ Editora, 2001.
- BÁRCENA, A. *Ciudadania ambiental mundial*. México, 1997.
- BORDA, O. F.. "Aspectos Teóricos da Pesquisa Participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular". In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *Pesquisa Participante*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- CHAUÍ, M. *Espinosa, uma filosofia da liberdade*. São Paulo, editora Moderna, 1995.
- COSTA-PINTO, A. B. *Em busca da Potência de Ação: Educação Ambiental e Participação na agricultura caiçara no interior da Área de Proteção Ambiental de Ilha Comprida, SP*. Dissertação de Mestrado São Paulo, USP, (Programa de pós-graduação em Ciência Ambiental – PROCAM), 2003 (no prelo).
- COSTA-PINTO, A. B. & SORRENTINO, M.. Trabalhos Coletivos e Educação Ambiental para a Participação: uma parceria com moradores de Pedrinhas, Ilha Comprida/SP. *Revista Eletrônica Mestrado em Educação Ambiental*. ISSN 1517-1256, vol 08, 2002a. <http://www.sf.dfis.furg.br/mea/remea>



- COSTA-PINTO, A. B.; WUNDER, A.; OLIVEIRA, C. L.; SPEGLICH, E.; JUNQUEIRA, K.; AVANZI, M. R.; NONATO, R. de C.; SAMPAIO, S. M. V.; OLIVEIRA, V. G.. "Partilhando Saberes: reflexões sobre Educação Ambiental no Vale do Ribeira, SP". *Revista Educação: Teoria e Prática*, vol. 9, nºs 16 e 17, Rio Claro, UNESP-IB, 2001 .
- DEMO, Pedro. *Avaliação Qualitativa*. Campinas, SP, Autores Associados, 5a edição, 1995.
- GEERTZ, C.. "Por uma teoria interpretativa da cultura." In: _____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- GUTIÉRREZ, F. & PRADO, C. *Ecopedagogia e Cidadania Planetária*. São Paulo, Cortez, Instituto Paulo Freire, 1999.
- LÜDKE, M. & ANDRÉ, M. D. E. *A Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo, EPU, 1986.
- NONATO, Rita de Cássia & AVANZI, Maria Rita. "A educação ambiental no PETAR e EEJF". In: Mata, Speranza et alli (org). *Educação Ambiental: Projetivas do século*. Rio de Janeiro, MZ Editora, 2001.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. "O discurso da Educação Ambiental". In: TRAJBER, Rachel & MANZOCHI, Lúcia Helena (Orgs). *Avaliando a Educação Ambiental: materiais impressos*. São Paulo, GAIA, 1996.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS – SEPLAMA – Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente. *Plano de Gestão Urbana de Barão Geraldo*, 1996.
- SANTOS, C.C. & COSTA-PINTO, A.B. Potência de Ação. In: FERRARO JÚNIOR, L.A. (org). *Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília – MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.
- TORRES, R.B, Nogueira, F.P. Perez Filho, A. & Costa, M.C. (coords.). *Recuperação ambiental, participação e poder público: uma experiência em Campinas*. Relatório de pesquisa, processo FAPESP nº. 01/02952-1 2006. <http://www.iac.sp.gov.br/PROJETOANHUMAS/INDEX.HTML>
- TORRES, R.B, Nogueira, F.P. Perez Filho, A. & Costa, M.C. (coords.). *Recuperação ambiental, participação e poder público: uma experiência em Campinas*. Relatório de pesquisa, processo FAPESP nº. 01/02952-1 2005. <http://www.iac.sp.gov.br/PROJETOANHUMAS/INDEX.HTML>
- TORRES, R.B, Nogueira, F.P. Perez Filho, A. & Costa, M.C. (coords.). *Recuperação ambiental, participação e poder público: uma experiência em Campinas*. Relatório de pesquisa, processo FAPESP nº. 01/02952-1 2003. <http://www.iac.sp.gov.br/PROJETOANHUMAS/INDEX.HTML>
- VIEZZER, M.. & OVALLES, O. (orgs.). *Manual Latino-Americano de Educação Ambiental*. São Paulo, Gaia, 1995.



ANEXO 5

Projeto do Coletivo Educador de Campinas aprovado pelo Edital FNMA nº 05/2005
(cópia xérox)



ANEXO 6

Resumo da proposta de pré-projeto de doutoramento a ser apresentado ao Programa de pós-graduação em Ciência Ambiental (PROCAM) da USP

Educação Ambiental e Potência de Ação: uma análise da experiência do Coletivo Educador de Campinas – proposta da Diretoria de Educação Ambiental/MMA

Autora: Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto.

Este projeto pretende analisar a experiência do Coletivo Educador de Campinas (CoECA) a luz do conceito de *potência de ação*, do filósofo holandês Baruch de Espinosa, tendo em vista o aprofundamento da decodificação do conceito, contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população e conservação do meio ambiente no município de Campinas e região, além de buscar fornecer aporte para a consolidação da construção teórico-metodológica da Educação Ambiental. A Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA) possui um Programa denominado Municípios Educadores Sustentáveis (MES) que pretende criar estratégias educativas que propiciem formação de uma população ambientalmente educada, o que significa dizer contribuir com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos(ãs) brasileiros(as), com a conservação do meio ambiente e, desta forma, contribuir com um desenvolvimento econômico e político social e ambientalmente mais justos. Uma das quatro estratégias educativas do programa é a formação de educadores ambientais populares, através da formação de Coletivos Educadores nos municípios. Em decorrência do desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental com comunidades residentes na bacia hidrográfica do ribeirão das Anhumas em seus alto, médio e baixo cursos, por intermédio do projeto “Recuperação ambiental, participação e poder público: uma experiência em Campinas”(Projeto Anhumas), financiado pela linha de políticas públicas da FAPESP (processo no. 01/02952-1), foi possível reafirmar a necessidade da implementação de processos educativos, de médio e longo prazos, de fomento à organização comunitária baseados em princípios e diretrizes ecológica e socialmente mais justos no interior das comunidades, como política pública de desenvolvimento local e regional. Em assim sendo, entende-se como importante a análise da experiência do CoECA, como política pública, pois esta pode vir a incrementar a *potência de ação* das comunidades, inclusive as envolvidas com o Projeto Anhumas, uma vez que tem como objetivo a formação de educadores ambientais populares no município de Campinas-SP.